

MIGRAÇÃO SEM URBANIZAÇÃO – (O CASO DA CIDADE PARAIBANA DE SERRA BRANCA)*

Maria Cristina de Melo Marin **

INTRODUÇÃO

Serra Branca é uma cidade do interior paraibano que reflete, de maneira bastante marcante, as condições e características da região semi-árida em que está situada, a saber: relativa escassez populacional (o município tem uma densidade demográfica de 14,82 h/km²); ausência de dinamismo e pouca modernização na produção; hostilidade climática, associada a um tipo de atividade econômica que tende a agravar a situação; implementação de políticas governamentais, formuladas externamente à região e que pouco correspondem às necessidades reais da maioria dos produtores; centralização por parte de algumas cidades (como Campina Grande, da qual dista 110 km, e, em menor escala, Caruaru) que polarizam a região e, com isto, diminuem ou esvaziam o conteúdo funcional das outras cidades da região.

O município de Serra Branca, com uma área de 1.034 km², tem uma população de 15.319 habitantes (1980), assim distribuída: 37,1% na zona urbana (5.682 hab) e 62,9% na zona rural (9.637 hab). A sede do município (4.578 hab) sofreu, a partir de 1975, uma considerável expansão física (aumentou, em relação à década anterior, cerca de 75% de sua área construída) graças à iniciativa da Prefeitura em fazer doações de lotes e material de construção.

TIPOS DE MIGRAÇÃO

A migração rural-urbana tem sido explicada como resultado de mudanças tecnológicas da produção agrícola e industrial, e de simultâneas transformações nas relações de produção, fazendo com que o campo expelisse trabalhadores que eram absorvidos pela crescente industrialização urbana.

Embora se saiba que este tipo de processo migratório há muito está esgotado, o fenômeno da migração, como expulsão de trabalhadores de uma determinada estrutura produtiva, permanece até os dias de hoje com características as mais diversas. Um exemplo disto é a situação encontrada em Serra Branca, onde verifi-

* Este trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa interdisciplinar, realizada em 1982-1983, com financiamento do CNPq. Da equipe, fizeram parte também os professores Ghislaine Duqué, José Grabois, Maria de Jesus N. Aguiar e Ramón Peña Castro, a quem agradecemos pela valiosa colaboração, assim como ao Prof. Elbio Troccoli Parkman, pelas suas observações na revisão deste trabalho.

** Antropóloga, Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia (DSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Centro de Humanidades, Campus II – Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	197 a 203	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

camos, por um lado, uma migração de trabalhadores sem o simultâneo deslocamento de trabalho; por outro lado, um crescimento espacial do número de moradias da cidade, sem ser acompanhado de um aumento proporcional do número de habitantes, uma vez que as casas construídas sob o patrocínio da Prefeitura permanecem em sua maioria desocupadas. O presente artigo constitui precisamente uma tentativa de descrição e explicação deste processo.

Há várias formas de mudança na produção e/ou relações de produção, além do citado anteriormente, que levam a um deslocamento populacional e ao deslocamento de grupos sociais na estrutura das relações de produção. Na região estudada, os processos de migração *sazonal*, *definitiva* e, de outro ângulo, para "pontas-de-rua", têm ocorrido de forma bem específica e com consequências peculiares, como veremos a seguir.

Migração sazonal — Em outras regiões ocorre nas famílias de pequenos produtores, cujos recursos produtivos não são suficientes para manter a família ocupada durante todo o ano, mas necessitam de todos os membros trabalhadores nos períodos da safra e de plantio. Sai, então, temporariamente, uma parte da família para procurar emprego em outro local. Na região de que estamos tratando, este tipo de deslocamento raramente se dá para as cidades próximas, uma vez que estas não oferecem possibilidades de ocupação remunerada. Além disto, a seca que se tem prolongado desde 1978 pode ter transformado em definitiva uma migração que, de início, era apenas provisória, fazendo famílias inteiras se mudarem em busca de melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Isto geralmente ocorre com pequenos produtores, sejam estes proprietários, rendeiros ou moradores. Daí talvez o grande número de famílias (mulheres e crianças) "abandonadas" que se encontram na região, cujos "chefes" foram para o "Sul" nos últimos anos e por lá ficaram.

Um outro aspecto da questão, e que merece uma investigação mais profunda, é o fato de que, cada dia menos, as grandes cidades são uma alternativa real de emprego para os trabalhadores rurais que a elas afluem complementando os recursos obtidos no local de origem. Em relação a isto, é importante destacar o fato de que, embora as condições de sobrevivência na região tenham piorado, no quadro de recessão em que se encontra o país, a pouca remuneração recebida nas "frentes de emergência" é uma alternativa mais viável do que o emprego no "Sul", mesmo para aqueles que iam para lá quase todos os anos. As consequências econômicas e ideológicas desta transformação de trabalhadores em "mendigos", a dependerem dos favores de um Estado paternalista, ainda estão para ser verificadas.

Migração definitiva — É mais freqüente nas famílias de pequenos produtores cujos recursos não se expandem, na medida do necessário, para atender ao crescimento do número de membros. Este fenômeno ocorre em vários momentos. Ao aumentar o número de filhos em idade adulta, alguns saem temporária ou definitivamente até que se casam e/ou se engajam de maneira permanente em

outro tipo de atividade, o que — como já dissemos — só raramente se dá na cidade de que estamos tratando. Saem também aqueles que se casam e que não podem, como em outras épocas ou em outras regiões, continuar morando e produzindo na propriedade dos pais. E, finalmente, no caso de morte do “chefe” da família, dono da terra, tem ocorrido que, para evitar a partilha e consequente inviabilização da atividade produtiva, um dos herdeiros entra em acordo com os outros e, vendendo uma parte da criação, compra as suas partes, o que só é possível na medida em que o preço da terra na região é muito baixo. Os que vendem sua parte da herança procuram estabelecer-se em outra atividade, muitas vezes na própria região.

Nestes casos, Serra Branca dá oportunidade a que o migrante compre (ou receba da Prefeitura) um lote, construa uma casa, estabeleça um pequeno negócio ou continue a trabalhar em atividades agrícolas como rendeiro. Isto tem sido possível, principalmente a partir de 1975, quando a Prefeitura desapropriou e loteou terrenos urbanos para serem doados a “pessoas carentes”. Embora com isto a cidade tenha crescido, a oferta de empregos não cresceu proporcionalmente.

Que efeitos tem este tipo de deslocamento populacional sobre a cidade? Do ponto de vista da Prefeitura, os recursos sobem, tanto pelo aumento da renda proveniente dos impostos, quanto pelo aumento da quota municipal de recursos estaduais e federais, como também pelo aumento da importância política da cidade. Em relação ao efeito desta migração sobre as transações comerciais, é difícil supor que provoquem um aumento substancial, a não ser num primeiro momento. Isto se explica pelo fato de que os grupos que para lá transferiram sua moradia não se inseriram na estrutura produtiva urbana, e seu relacionamento com o mercado continua sendo praticamente o mesmo que mantinham na situação anterior à imigração.

Migração para “pontas-de-rua” — É a que traz trabalhadores de grandes propriedades rurais para cidades próximas, em cuja periferia passam a morar. Continuam, porém, a trabalhar na mesma atividade produtiva, embora sob outras condições e relações de produção (caso típico do “trabalhador volante” ou “bóia-fria”). Este tipo de migração, que dá às cidades receptoras de trabalhadores uma fisionomia bastante característica, não ocorre em Serra Branca, devido, provavelmente, ao pouco dinamismo da atividade produtiva rural, baixa capitalização da produção e pouquíssima utilização de trabalhadores assalariados em caráter permanente.

MIGRAÇÃO EM SERRA BRANCA

Os tipos de migração até aqui descritos, com exceção de um dos casos da migração definitiva, não explicam o processo migratório de Serra Branca.

A migração mais característica da região estudada e que pode explicar, em

boa medida, o crescimento físico urbano, é a que envolve principalmente os aposentados pelo FUNRURAL — (Fundo Nacional de Assistência ao Trabalhador Rural) e seus netos. Com a aposentadoria dos trabalhadores rurais, a cidade passou a receber (na mesma época em que se fez a doação de lotes urbanos) trabalhadores que já saíram da idade produtiva e que, vendendo uma parte ou toda a criação (de caprinos e ovinos), tiveram possibilidade de transferir sua moradia para a zona urbana, onde, inclusive, podem ajudar seus filhos e “educar a família”. Desta forma, faz-se uma drenagem da população improdutiva na zona rural, transferindo-se os velhos e as crianças para a cidade. O mesmo acontece com os trabalhadores que, movidos pela mesma disponibilidade de escolas oferecidas pela cidade, ali se instalam, continuando, porém, a produzir na zona rural.

Este processo pode levar, a longo prazo, a um maior despovoamento rural e até mesmo urbano da região, uma vez que tende a criar, nos futuros trabalhadores expectativas relacionadas com a vida urbana e a um afastamento físico e afetivo da zona rural de origem. Como as cidades locais não oferecem condições de satisfazer estas expectativas (por exemplo continuação dos estudos além do 2º grau), uma forte tendência será a procura, por parte dos filhos dos trabalhadores, dos centros maiores, onde têm a possibilidade — ao menos teoricamente — de realizar seus planos de aprimoramento educacional e melhor inserção econômico-social.

A URBANIZAÇÃO DE SERRA BRANCA — AUSÊNCIA DE “PERIFERIA”

Este tipo de migração, combinada com a doação de terrenos por parte da prefeitura, deu à cidade uma *fisionomia diferente* da maioria das cidades do Estado: ausência de aglomerados de habitações em estado precário que a literatura tem definido como “favelas”, “pontas-de-rua”, “áreas deterioradas”, “aglomerados sub-normais” ou “periferia”, conforme o aspecto que se quer enfatizar.

Para que possamos entender em profundidade a ausência de aglomerados populacionais precários na cidade em questão, achamos importante a análise a partir do seu relacionamento com a zona rural, rejeitando a colocação superficial e simplista que atribui este fato à eficácia administrativa de um ou outro prefeito. Mesmo porque conhecemos outras cidades (como Alagoa Grande e Ingá, por exemplo) em que, apesar de nelas também ter havido doações de terrenos, não se evitou a formação de “pontas-de-rua”. Três aspectos não podem deixar de ser levados em conta, como veremos adiante, em uma análise mais aprofundada: a estrutura produtiva da zona rural, que libera os trabalhadores; a da zona urbana, que os recebe; o tipo de migração daí decorrente e a posse do solo urbano.

O que são as chamadas “pontas-de-rua”? São concentrações de *trabalhadores rurais* que estabelecem moradia nas cidades, aonde chegaram expulsos das propriedades rurais em que *moravam e trabalhavam*. Como as transformações que levaram à sua saída não implicaram também na diminuição do número necessário de trabalhadores à atividade agrícola, o resultado foi a aglomeração dos

ex-moradores rurais na periferia das cidades, em habitações tão precárias (do ponto-de-vista da construção, infra-estrutura urbana e posse do solo) quanto a sua relação de trabalho: em geral, convertem-se em diaristas que renovam solidariamente seu contrato de trabalho. Este é feito com um patrão inatingível e invisível, pois o vínculo imediato é estabelecido com um empreiteiro intermediário que não é proprietário da terra em que emprega os trabalhadores. Além disso, com a perda da moradia na propriedade, afastaram também a possibilidade de produzirem para seu sustento o que — juntamente com as despesas adicionais geradas pela vida na cidade — tornou-os totalmente dependentes do mercado (e de uma renda monetária) para a satisfação de suas novas necessidades. A precariedade de suas habitações é apenas o retrato exposto de suas condições de existência na cidade, e não, como alguns pretendem, um sintoma de uma presumida falta de adaptação à vida urbana (sendo o fato da afluência à periferia urbana tomado como mais um indicador do “apego ao mundo rural”).

Ora, sabemos que as “periferias urbanas” não são categorias estáticas nem podem ser definidas por si mesmas. Constituem-se em periferia por oposição a um centro urbano definido historicamente, no sentido temporal e sociológico. Portanto, não podem ser analisadas como sendo uma categoria apenas espacial, pois mantêm como o centro relações específicas que fazem delas o que são: periferias. Um bom exemplo disto são as favelas (não só as das grandes cidades, mas também as de cidades de porte médio, como Campina Grande), que passam a ser vistas como problemas social e administrativo, nos marcos do sistema político — institucional, hoje vigente, quando as áreas em que estão localizadas deixam de ser periféricas. Isto é, os terrenos que ocupam começam a valorizar-se no mercado imobiliário, isto pela viabilidade de servir para a localização das residências da população de outros estratos sociais e pela instalação de infra-estrutura urbana. Passa, então, a “opinião pública” (isto é, das classes dominantes) a marginalizar (transformando em marginais) aqueles trabalhadores (urbanos e rurais) que, por conta da instabilidade e/ou montante de sua renda familiar, não têm condições de comprar um lote urbano ou instalar-se em outro local, nem mesmo de participar da vida urbana que é, em quase todos os aspectos, monetarizada. No caso das favelas ocupadas por trabalhadores urbanos, novas zonas de periferia não obtêm sucesso e, pelo contrário, terminam por garantir a posse dos moradores das áreas já ocupadas. A instalação de infra-estrutura e a proximidade das fontes de renda para as famílias de trabalhadores (geralmente serviços pessoais e domésticos) terminam por levar a uma transformação qualitativa das habitações e do local em geral, que de favela passa a ser considerado como bairro proletário. A causa da mudança é, então, menos uma evolução na mentalidade dos moradores — no sentido de uma maior integração à vida urbana — do que fruto das novas condições oferecidas pela cidade no sentido de integrá-los.

Em Serra Branca, com exceção do funcionalismo público e de construção civil (incrementada até pela própria expansão física urbana), não há em número significativo, trabalhadores urbanos assalariados morando na cidade, o mesmo

ocorrendo com trabalhadores rurais. A saída de trabalhadores das fazendas, quando acontece, dá-se diretamente para centros urbanos extra-regionais, pois a cidade não tem condições de absorvê-los. Atualmente muitos deles, mesmo sem condições, mas sem a alternativa de poder emigrar para as grandes cidades, cujos índices de desemprego aumentaram consideravelmente nos últimos anos, permanecem na região, empregando-se na maior parte do ano nas "frentes de emergência" e trabalhando como diaristas esporádicos nas grandes propriedades.

Quanto aos que se mudam para a sede do município, como já vimos anteriormente, ou continuam ocupados na produção agrícola como rendeiros e/ou com familiares, ou não estão em idade de produzir, como é o caso dos velhos e das crianças, e aproveitaram-se das condições vantajosas oferecidas pela Prefeitura para instalarem-se, de forma mais estável e até definitiva, na zona urbana. A questão da posse ilegal da terra aí não existe, nem o caráter provisório da moradia: o lote foi doado pela Prefeitura, assim como parte do material de construção, em zonas que contam já com infra-estrutura urbana. Daí a inexistência de "pontas-de-rua" e de favelas, tão habituais em outras cidades.

SERRA BRANCA E A REGIÃO

Serra Branca não tem, assim, uma característica tipicamente urbana: a de ser um centro organizativo e definidor de relações sociais dentro de uma área dada, determinando a distribuição dos bens e serviços aí produzidos. Seu conteúdo e estruturas funcionais são basicamente resultado da lógica de reprodução da zona rural, assim como, de determinações advindas do exterior da região.

Os produtos comercializados na feira semanal, com exceção daqueles oriundos da pecuária, são produzidos fora do município e, em sua maioria, chegam por intermédio de Campina Grande. Esta cidade é também a principal receptora dos produtos agro-pastoris da região, de Serra Branca inclusive. O mesmo se pode dizer em relação ao resto do comércio local, que se abastece naquela cidade e redistribui para a população local e de povoados menores próximos.

Embora a cidade de Serra Branca aparente uma certa variedade e até modernidade em suas instalações comerciais, além dos estabelecimentos atacadistas, há dois supermercados, várias farmácias, lojas de calçados e de roupas, bares, restaurante, além de um hotel ligado à rede turística estadual (Pbtur). Não se pode dizer que estes empreendimentos sejam fontes significativas de emprego para a população. A ausência de uma demanda em expansão torna desnecessário empregar um número de trabalhadores superior ao fornecido pela própria família proprietária. São, então, pequenos negócios que funcionam com força-de-trabalho familiar, mesmo que voltados para o mercado monetarizado.

Os bancos e instituições governamentais que ali foram instalados — com exceção da agência da Caixa Econômica Federal, que está relacionada com a construção dos conjuntos habitacionais — estão diretamente envolvidos com as formas de intervenção do poder público na produção agropecuária local. É o caso das

agências da EMATER, CIDAGRO, Projeto Sertanejo, Banco do Brasil e Banco do Estado da Paraíba. Do ponto de vista do nível de ocupação, nenhuma destas agências financeiras ou de assistência técnica representa uma expansão real da oferta de empregos urbanos para os trabalhadores locais. A grande maioria dos cargos, especialmente aqueles que requerem um nível elevado de qualificação proporcional, são definidos nas matrizes e são preenchidos por pessoas de fora do município.

Tais instituições são, antes de mais nada, agentes repassadoras de recursos e tecnologia definidos pelo governo central, com o objetivo declarado de capitalizar a produção local e assim promover socialmente a população. Isto não significa que os benefícios não sejam apropriados quase que exclusivamente pelas classes dominantes locais, até mesmo se direcionando os financiamentos de acordo com seus interesses. Em síntese, nenhuma das políticas implementadas pelo Estado nasceu de um equacionamento das necessidades de todos os segmentos da população local. Acrescente-se a isto o fato de que ultimamente o número, que sempre foi reduzido, de produtores que se integram aos projetos vem diminuindo: de um lado, faltam verbas; de outro, faltam chuvas.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Assim, para os pequenos produtores rurais (proprietários, moradores e rendeiros), sem condições de sobreviverem apenas com os recursos proporcionados pela parcela de terra a que têm acesso, e para os poucos trabalhadores assalariados, dentro do quadro de piora incessante das condições de trabalho e de vida, há praticamente duas opções. A primeira, migrarem para fora da região, pois não há possibilidade de engajamento em atividades produtivas nas cidades próximas nem de se manterem como assalariados na própria zona rural. Sabemos, no entanto, que as grandes cidades não estão mais absorvendo os trabalhadores que para lá se dirigem, nem mesmo no chamado "setor informal". Resta, assim, a segunda opção, que é a "emergência". Se esta não tem resolvido o problema da produção, e muito menos o da sobrevivência dos trabalhadores (dentro dos padrões socialmente esperados), por enquanto teve a eficácia de ser a única saída para estes setores da população. O término da estiagem não deverá mudar muito o quadro exposto, já que a seca é um fenômeno social complexo que depende mais de variáveis estruturais do que propriamente de condições climáticas.

A ausência de favelas e a expansão do espaço residencial só aparentemente significa uma relativa prosperidade. Na realidade, trata-se de um crescimento sustentado por não — trabalhadores (principalmente aposentados) e por parte de trabalhadores rurais que apenas mudam sua residência para a cidade, aproveitando-se dos incentivos da Prefeitura.

Talvez seja justamente pela intervenção do Estado, que a cidade de Serra Branca tem se atrofiado, enquanto um setor das classes dominantes capitaliza-se, beneficiando-se dos recursos que deveriam beneficiar a todos.

A análise da migração e da evolução recente de Serra Branca é prova marcante destas conclusões.